



# MUNICÍPIO DE IDANHA-A-NOVA

## Câmara Municipal

### **AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS**

(Nos termos do disposto no CAPÍTULO III - Escolha do procedimento em função de critérios materiais, artigos 23.<sup>a</sup> (Regra geral), em conjugação com a alínea a), do ponto 1, do artigo 24.º (Escolha do ajuste direto para a formação de quaisquer contratos), do Código de Contratos Públicos)

**Convite à apresentação de proposta de  
empreitadas:**

## **Beneficiação de espaço cultural de Penha Garcia - EDU- VILLAGE / COWORKING**



## AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS

**ÍNDICE**

1. DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE.....	3
2. OBJECTO DO PROCEDIMENTO .....	3
3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR .....	3
4. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO.....	4
5. PEÇAS DO PROCESSO .....	6
6. INSPECÇÃO DO LOCAL DE TRABALHOS.....	6
7. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS (Artigo 50.º) ...	6
8. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO (Artigo 74.º) .....	7
9. DOCUMENTOS DA PROPOSTA .....	7
10. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTA .....	9
11. PROPOSTAS VARIANTES.....	10
12. DATA LIMITE PARA A PRESENTAÇÃO DA PROPOSTA.....	10
13. ABERTURA DA PROPOSTA.....	10
14. NEGOCIAÇÃO.....	10
15. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E MINUTA DE CONTRATO .....	10
16. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO .....	11
17. GARANTIA DO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES .....	12
18. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA.....	13
19. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO .....	13
20. OUTRAS DISPOSIÇÕES.....	13
ANEXO I .....	14
ANEXO II .....	15
ANEXO III .....	16
MODELO DA PROPOSTA - FASE DA PROPOSTA .....	16
ANEXO IV .....	17
MODELOS: PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO - FASE DA HABILITAÇÃO .....	17
ANEXO IV.1 - MODELO DA GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO .....	17
ANEXO IV.2 - MODELO DA GARANTIA BANCÁRIA .....	17
ANEXO IV.3 - MODELO DO SEGURO CAUÇÃO.....	18
ANEXO V .....	19
MODELO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE - FASE DA HABILITAÇÃO .....	19
ANEXO VI.....	20
MINUTA.....	20
DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO - FASE DA PROPOSTA E/OU HABILITAÇÃO .....	20



AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS

## 1. DESIGNAÇÃO DA ENTIDADE ADJUDICANTE

1. Nome:

a. A entidade Pública adjudicante é o **Município de Idanha-a-Nova**, com o **NIF 501 121 030**.

2. Endereço:

3. A sede é no **Largo do Município, 6060-163**, em **Idanha-a-Nova**.

4. Horário de Funcionamento:

a. Os serviços da **Divisão de Urbanismo e Planeamento (DUP)** e **Divisão Financeira e Patrimonial (DFP) – Aprovisionamento**, têm o seguinte horário de funcionamento: Das **9.00 às 13.00 horas** e das **14.00 horas às 17.00 horas**, excluindo Sábados, Domingos e feriados.

5. Contactos:

a. Telefone **277200570**, Fax **277200580** e E-mail: [dup@idanha.pt](mailto:dup@idanha.pt); [telma.nunes@idanha.pt](mailto:telma.nunes@idanha.pt); [sandra.farropas@idanha.pt](mailto:sandra.farropas@idanha.pt) ou [dfp@cm-idanhanova.pt](mailto:dfp@cm-idanhanova.pt).

## 2. OBJECTO DO PROCEDIMENTO

1. AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS para **Beneficiação de espaço cultural de Penha Garcia - EDU-VILLAGE / COWORKING**.

2. A obra consiste essencialmente nas seguintes intervenções: Estaleiro; Demolições e trabalhos preparatórios; Alvenarias; Impermeabilizações e isolamentos; Revestimentos de pavimentos e rodapés; Revestimento de paredes; Revestimento de tetos; Vãos; Carpintarias; Edifício antiga escola primária; Arranjos exteriores; Especialidades; Cantarias, silharias e forras; Equipamento fixo; Trabalhos preparatórios; Pavimentos; Muros; Cantarias; Serralharias; Mobiliário urbano; Revestimento vegetal; Estabilidade; Rede de abastecimento de água; Rede de drenagem de águas residuais; Rede de drenagem de águas pluviais; Rede de segurança contra incêndios; Projeto de instalações elétricas; e Projeto de telecomunicações (ITED).

## 3. ÓRGÃO QUE TOMOU A DECISÃO DE CONTRATAR

1. A autorização da abertura do procedimento é tomada por deliberação do **Executivo Camarário** em sua reunião extraordinária agendada para o dia **06 de maio de 2024**, e constante do documento apenso às peças concursais: **"NOTIFICAÇÃO CONVITE"**;

2. A decisão de contratar foi precedida de despacho do Sr. Presidente, no uso das competências que lhe foram delegadas, por tratar-se de procedimento de contratação consideravelmente

AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS

mais moroso e complexo, na medida em que a decisão de contratar e todas as que daí sobrevêm cabem ao Executivo Camarário, com reuniões periodicamente agendadas, nos termos do disposto alínea b) do artigo 3.º e no artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (LCPA), alterada pela Lei n.º 22/2015, de dezassete de março, pelo que de modo preventivo foi EMITIDA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA A ASSUNÇÃO DO COMPROMISSO PLURIANUAL, em 03 de maio de 2024.

3. O presente procedimento, será enquadrado na Classificação Orgânica: 0102 Câmara Municipal; Classificação Económica: 07010307 Outros; GOP: 2 FUNÇÕES SOCIAIS; 002 CULTURA; 2023/41 Beneficiação de Espaço Cultural em Penha Garcia; e com o número sequencial de cabimento 400210.
4. De acordo com a nomenclatura de referência aplicável aos contratos públicos CPV (Vocabulário Comum para Contratos Públicos), adotado pelo Regulamento (CE) n.º 2195/2012, alterado pelo Regulamento (CE) n.º 213/2008 da Comissão, de 28 de novembro de 2007, os serviços correspondem ao código **45453100-8** (Obras de recuperação).

#### **4. FUNDAMENTO DA ESCOLHA DO PROCEDIMENTO DE AJUSTE DIRETO**

1. O Município de Idanha-a-Nova pretende, conforme, INFORMAÇÃO TÉCNICA N.º ADN.003/2024, datada de 30 de abril de 2024 e exarada pela Divisão de Urbanismo e Planeamento, Serviço de Empreitadas, proceder à beneficiação de um edifício existente em Penha Garcia, antiga Escola Primária e Casa do Povo, cuja arquitetura e construção datam de 1925, com área de implantação de 172,00 m² e uma área bruta de construção de 172,00 m², implantado num prédio urbano com área total de 638,00 m².
2. Atualmente o edifício encontra-se expectante, com diferentes tipos de uso e de estado, sendo que a intervenção prevê, no essencial, a beneficiação e remodelação de espaços interiores existentes, revelando-se todavia desajustados, pelo que irão conflitar com a nova proposta de uso, propondo-se, face ao exposto, a sua reestruturação, para que os mesmos, se integrem no programa pretendido.
3. Decorrente de uma identidade parcialmente perdida, fruto de intervenções que o edifício foi alvo, e porque não é objetivo recuperar essa mesma identidade, pretende-se, com a presente proposta, dignificá-lo, conferindo-lhe uma nova identidade, devidamente contextualizada.
4. Do ponto de vista programático, o edifício desenvolver-se-á num percurso pautado por dois núcleos fundamentais, como Espaço Cidadão – Apoio à Comunidade e Espaço de Coworking – Nómadas Digitais.

AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS

5. Posto isto, pretende-se a abertura de um procedimento concursal, com vista à formação de contrato para a tramitação de AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS, para a **Beneficiação de espaço cultural de Penha Garcia - EDU-VILLAGE / COWORKING**, tendo por sustentáculo a seguinte fundamentação e justificação:
- a. Nos termos do disposto na alínea a), do número 1, do artigo 24.º, do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação: *"Em anterior concurso público ou concurso limitado por prévia qualificação, nenhum concorrente tenha apresentado proposta, todas as propostas tenham sido excluídas com fundamento na primeira parte da alínea a) do n.º 2 do artigo 70.º, nenhum candidato se haja apresentado, ou todas as candidaturas tenham sido excluídas com fundamento nas alíneas c), j) ou l) do n.º 2 do artigo 184.º"*
- b. Ora refere-se o parágrafo anterior ao procedimento, cuja referência lhe foi atribuída de **CPE131-2023**, e designação: **CONCURSO PÚBLICO** para a **Beneficiação de espaço cultural de Penha Garcia - EDU-VILLAGE / COWORKING**, conforme 2.ª ATA DO JÚRI DO PROCEDIMENTO de NÃO ADJUDICAÇÃO, presente em sua reunião do Executivo Camarário de dia 01 de abril de 2024, e disponibilizada, através da plataforma eletrónica em uso pelo Município de Idanha-a-Nova no dia 09 de abril de 2024, pelas 11:57:36Horas;
6. A escolha do procedimento de AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS, tendo por base o definido na alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º (Escolha do ajuste direto para a formação de quaisquer contratos) do CCP, que prevê a celebração de contratos de qualquer valor, desde que o caderno de encargos não seja substancialmente alterado em relação ao concurso não adjudicado e já mencionado (CPE131-2023), definindo-se assim o igual montante base global de **250.343,73€** (Duzentos e cinquenta Mil trezentos e quarenta e três Euros e setenta e três Cêntimos), sem o valor do IVA incluído;
7. O preço base do concurso objeto do presente convite á apresentação de proposta, compreende também, os valores resultantes das listas nas quais foram identificados, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento detetados pelos interessados, nos termos do disposto no artigo 50.º (Esclarecimentos, retificação e alteração das peças do procedimento), aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, o Executivo Camarário, em sua reunião de dia 12 de março de 2024 e respetiva alteração do Anúncio de procedimento n.º 607/2024, de 2024-01-16, com o ID 417250573, no Diário da Republica II Série, publicitado no dia 12 de março de 2024.
8. Assim e tendo por base o anteriormente exposto, os serviços requisitantes, a Divisão de Urbanismo e Planeamento, propuseram a abertura do concurso, termos da alínea a) do n.º 1

AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS

do artigo 24.º (Escolha do ajuste direto para a formação de quaisquer contratos), do Código de Contratos Públicos, e alterações introduzida pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto, bem como legislação conexa, convidando-se DIRETAMENTE UMA ÚNICA ENTIDADE A APRESENTAR PROPOSTA, caracterizada pelo prévio conhecimento da entidade a convidar, em função dos contratos anteriores celebrados com a mesma.

## **5. PEÇAS DO PROCESSO**

1. O convite à apresentação de proposta;
2. O caderno de encargos;
3. O Projeto de Execução; e
4. Demais Peças patenteadas a concurso.

## **6. INSPECÇÃO DO LOCAL DE TRABALHOS**

1. Durante o prazo para a apresentação da proposta, o interessado poderá inspecionar o (s) local (ais) de execução da obra e realizar nele (s) os reconhecimentos que entenderem indispensáveis à elaboração da sua proposta. O Município considera, para todos os efeitos, que os interessados procederam à inspeção aqui referida, pelo que as consequências eventualmente resultantes do desconhecimento das condições do local são da exclusiva responsabilidade destes, não podendo estes, em caso algum, invocar a ausência dos aludidos reconhecimentos para condicionar a apresentação da sua proposta.

## **7. ESCLARECIMENTOS, RETIFICAÇÃO E ALTERAÇÃO DAS PEÇAS PROCEDIMENTAIS** (ARTIGO 50.º)

1. Quaisquer esclarecimentos, e ou erros e omissões relativamente a este Convite e ao Caderno de Encargos que o integra, deverão ser solicitados, no primeiro terço do prazo fixado para a apresentação de proposta, nos termos do artigo 50.º (Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais) do Código dos Contratos Públicos (CCP).
2. As respostas aos pedidos de esclarecimento e listas de erros e omissões apresentados pelos interessados terão lugar até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação da proposta, ou serão prestadas nos termos e com as consequências previstas no artigo 64.º (Prorrogação do prazo fixado para a apresentação da proposta) do CCP.

AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS

3. De acordo com a alínea a) do n.º 5 do artigo 50.º (Esclarecimentos, retificação e alteração das peças procedimentais) do Código dos Contratos Públicos, compete ao júri do procedimento responder aos pedidos de esclarecimentos apresentados, desde que as referidas respostas não impliquem alterações às peças do procedimento.
4. Compete ao órgão identificado no ponto 3 do presente Convite responder a todas as demais situações não incluídas no número anterior.

## 8. CRITÉRIO DE ADJUDICAÇÃO (ARTIGO 74.º)

1. Em cumprimento do artigo 74.º (Critério de adjudicação), do CCP, a adjudicação é feita de acordo com o critério de adjudicação a adotar será o da PROPOSTA ECONOMICAMENTE MAIS VANTAJOSA PARA A ENTIDADE ADJUDICANTE, determinada pela seguinte modalidade:
  - a. **MONOFATOR**, de acordo com a qual o critério de adjudicação é densificado por um fator correspondente a um único aspeto da execução do contrato a celebrar, designadamente o preço.
2. **Critério de desempate:**
  - b. Não aplicável, por convidando-se diretamente uma única entidade a apresentar proposta.
3. **ADJUDICAÇÃO POR LOTES:** Que em cumprimento do definido no n.º 2 do artigo 46.º -A (Adjudicação por lotes), não existe lugar à contratação por lotes, fundamentada nos seguintes termos: Em virtude dos trabalhos previstos no presente contrato ainda que tecnicamente e funcionalmente separável, causa inconveniente, assim como a gestão de apenas um contrato se mostra mais eficiente para a Câmara Municipal.
4. **PREÇO ANORMALMENTE BAIXO:** Nos termos do Artigo 71.º (Preço ou custo anormalmente baixo) do CCP.

## 9. DOCUMENTOS DA PROPOSTA

**Nota:** Alerta-se para a obrigatoriedade da data da validade à data da submissão dos documentos na plataforma eletrónica, bem como da celebração do contrato e/ou comunicação da <https://www.base.gov.pt/>.

1. A proposta deverá ser entregue até às **23:59horas** do **18. º Dia** a contar da data da publicitação na plataforma Eletrónica; Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente em plataforma eletrónica utilizada pelo Município de Idanha-a-Nova (<http://www.acingov.pt/acingov/>);

AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS

2. A proposta será considerada como totalmente incondicionada, tendo-se como não escritas quaisquer condições divergentes do caderno de encargos ou alternativas de qualquer natureza que constem dessa mesma proposta ou de outros documentos que a acompanhe, com exceção dos aspetos técnicos constantes da memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra;
3. (*Se aplicável*) Sempre que na proposta sejam indicados vários preços, em caso de qualquer divergência entre eles, prevalecem sempre, para todos os efeitos, os preços parciais, unitários ou não, mais decompostos;
4. A proposta, em conformidade com o disposto no Artigo 57.º (Documentos da proposta) do CCP, será constituída pelos seguintes documentos:
5. Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do **ANEXO I DO PRESENTE CONVITE**;
6. Declaração contendo o valor do preço contratual proposto, elaborado de acordo com o **ANEXO III DO PRESENTE CONVITE**;
7. **LISTA DE PREÇOS UNITÁRIOS**, segundo o ordenamento do mapa de quantidades de trabalho, sendo considerados sem efeito quaisquer preços unitários para trabalhos ou utilização de mão-de-obra ou de equipamento não expressamente constantes no mapa de quantidades de trabalho;
8. **PROGRAMA DE TRABALHOS**, elaborado de acordo com o disposto no Caderno de Encargos, incluindo:
  - a. **PLANO DE TRABALHOS**;
  - b. **PLANO DE MÃO-DE-OBRA**;
  - c. **PLANO DE EQUIPAMENTO**; e
  - d. **PLANO DE ESTALEIRO** (Estes documentos deverão ser elaborados de acordo com o disposto no Caderno de Encargos;
9. **MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA DO MODO DE EXECUÇÃO DA OBRA**;
10. **PLANO DE PAGAMENTOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO**;
11. **OUTRA DOCUMENTAÇÃO DE APRESENTAÇÃO FACULTATIVA**, nomeadamente: Eventuais procurações ou declarações, com a delegação de poderes, onde constem os poderes necessários que são conferidos para outorgar o contrato;
12. **DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO**, elaborada em conformidade com o modelo constante do ANEXO VI ao presente Programa do Procedimento.



AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS

13. **CERTIDÃO DE TEOR DO PACTO SOCIAL DA EMPRESA**, (ou na sua impossibilidade documento comprovativo do início da atividade) onde constem os poderes necessários que são conferidos para outorgar o contrato, devidamente atualizada, ou, a indicação do código de acesso para consulta da certidão permanente on-line na plataforma Portal da Empresa ([www.portaldaempresa.pt](http://www.portaldaempresa.pt)), ou em opção, caso se aplique, documento que emitido pela entidade competente, de INICIO / REINICIO DE ATIVIDADE, onde conste quem tem os poderes necessários para outorgar o contrato
14. Sempre que se aplique, se submetam, **EVENTUAIS PROCURAÇÕES OU DECLARAÇÕES**, com a delegação de poderes, onde constem os poderes necessários que são conferidos para outorgar o contrato, bem como assinar digitalmente os elementos submetidos na plataforma eletrónica;
15. Sempre que se aplique, se submetera documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um **PREÇO ANORMALMENTE BAIXO**.

## 10. MODO DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTA

1. O ficheiro em formato digital com a proposta e os documentos que a acompanham deverá ser carregado na Plataforma Eletrónica adotada pelo município, no endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).
2. Os documentos são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa e serão apresentados no original ou em cópia simples. Porém, quando, pela sua própria natureza ou origem, estiveram redigidos noutra língua, deve o concorrente fazê-los acompanhar de um dos seguintes documentos:
3. Tradução devidamente legalizada;
4. Tradução não legalizada mas acompanhada de declaração do concorrente nos termos da qual este declare aceitar a prevalência dessa tradução não legalizada, para todos e quaisquer efeitos, sobre os respetivos originais.
5. Sem prejuízo da obrigatória receção das cópias a que se refere o número anterior, quando haja dúvidas fundadas do seu conteúdo ou autenticidade, pode ser exigida a apresentação de original ou documento autenticado para conferência, devendo para o efeito ser fixado um prazo razoável não inferior a 5 (cinco) dias úteis.
6. Todos os documentos que devam ser emitidos pelo concorrente serão assinados eletronicamente, com certificado válido, pelo mesmo ou por quem tenha poderes para o obrigar, devendo ser comprovada esta qualidade por documento legal competente.



## 11. PROPOSTAS VARIANTES

Não é admitida a apresentação de propostas variantes.

## 12. DATA LIMITE PARA A PRESENTAÇÃO DA PROPOSTA

1. A proposta e os documentos que a acompanham devem ser apresentados até à data indicada na Plataforma Eletrónica.

## 13. ABERTURA DA PROPOSTA

1. A abertura da proposta realizar-se-á no primeiro dia útil seguinte ao do termo do prazo para apresentação da proposta na Plataforma Eletrónica adotada pelo Município, conforme o disposto no n.º 1 do artigo 138.º (Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas) do CCP. De imediato se procederá à publicação da lista dos concorrentes.
2. De acordo com o n.º 2 do artigo mencionado no número anterior, ficará disponível para consulta na Plataforma Eletrónica a proposta apresentada.

## 14. NEGOCIAÇÃO

Não será efetuada sessão de negociação, de acordo com o artigo 118.º (Negociações) do CCP.

## 15. NOTIFICAÇÃO DA ADJUDICAÇÃO E MINUTA DE CONTRATO

1. Todos os concorrentes são notificados da adjudicação, nos termos do artigo 77.º (Notificação da decisão de adjudicação) do CCP.
2. O adjudicatário será ainda notificado da minuta do contrato, nos termos do disposto no artigo 101.º (Aceitação da minuta do contrato), devendo ainda enviar os documentos de habilitação identificados no ponto seguinte e a caução, quando exigível, sendo-lhe fixado um **prazo de 5** (cinco) **dias úteis** para esse efeito, e de prestação de caução, sendo-lhe fixado um **prazo de 10** (dez) **dias úteis** para esse efeito, sob pena de a adjudicação caducar.
3. Para a eventual suspensão de irregularidades dos documentos apresentados, é concedido o prazo adicional de 2 (dois) dias úteis.
4. À aprovação da minuta do contrato pelo adjudicatário, aplicam-se os preceitos legais constantes no artigo 100.º (Notificação da minuta do contrato) a 103.º (Notificação dos ajustamentos ao contrato) do CCP.

AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS

5. Caso o adjudicatário recorra a subempreiteiros, deve depositar junto do dono da obra, previamente à celebração do contrato ou ao início dos trabalhos, as cópias dos contratos de subempreitada que efetue.

## 16. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO

**Nota:** Alerta-se para a obrigatoriedade da data da validade à data da submissão dos documentos na plataforma eletrónica, bem como da celebração do contrato e/ou comunicação da <https://www.base.gov.pt/>.

Os documentos exigidos nos termos e na forma prevista nos artigos 81.º (Documentos de habilitação) do CCP e da Portaria 372/2017, de 14 de dezembro, sob pena de caducidade da adjudicação nos termos do artigo 86.º do mesmo Código, são os seguintes:

1. Declaração emitida conforme o modelo a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º (Documentos de habilitação) do Código dos Contratos Públicos, e em **ANEXO II AO PRESENTE CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTA**;
2. Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do **ARTIGO 55.º DO CCP** (Impedimentos), nomeadamente:
  - a. Declaração do Registo Criminal para efeitos da contratação pública, da Empresa e do (s) titular (es) dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência;
  - b. Declaração da situação regularizada relativamente às contribuições para a Segurança Social;
  - c. Declaração da situação regularizada relativamente aos impostos perante o estado;
3. Documento comprovativo de **CERTIDÃO DA CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL** (ou em opção Código do acesso à Certidão Permanente), ou em opção, caso se aplique, documento que emitido pela entidade competente, de **INÍCIO / REINÍCIO DE ATIVIDADE**, onde conste quem tem os poderes necessários para outorgar o contrato;
4. Se submeta, documento que comprove/ demonstre o **REGISTO CENTRAL DE BENEFICIÁRIO EFETIVO**, para efeitos da verificação de impedimentos;
5. **DOCUMENTO QUE COMPROVE A CIVIL E FISCAL** do (s) representante (s) que irá (ão) outorgar o contrato em nome da entidade.
6. O **ALVARÁ** de construção emitido pelo Instituto dos Mercados Públicos do Imobiliário e da Construção (IMPIC), correspondente:

AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS

- a. À classificação da **1.ª Subcategoria – Estrutura e elementos de betão da 1.ª Categoria – Edifícios e património construído**, na classe correspondente ao valor global da empreitada.
7. Apólice (s) e recibos dos seguros, conforme Caderno de Encargos, nomeadamente:
- a. Documento comprovativo de contrato de **SEGURO DE ACIDENTES DE TRABALHO**, cuja apólice deve abranger todo o pessoal por si contratado;
  - b. Documento comprovativo de **SEGURO DE RESPONSABILIDADE CIVIL AUTOMÓVEL** cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria afetos á obra;
  - c. Documento comprovativo de contrato de **SEGURO DESTINADO A COBRIR OS DANOS PRÓPRIOS DO EQUIPAMENTO**, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar na obra.
8. **PRESTAÇÃO DE CAUÇÃO** nos termos do ponto 17. GARANTIA DO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES, do presente convite à apresentação de proposta, e conforme modelos em anexo IV (O prazo para a prestação pelo adjudicatário da caução, será de **10 (dez) dias**, através da Plataforma Eletrónica adotada pelo Município, no endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt));
9. Apresentação de **CONFIRMAÇÃO, POR ESCRITO DO NOME DO DIRETOR DE OBRA**, indicando a sua qualificação técnica, acompanhado por uma declaração subscrita pelo técnico designado, conforme modelo em anexo V, com assinatura reconhecida, ou devidamente acompanhada de assinatura digital qualificada, assumindo a responsabilidade pela direção técnica da obra e comprometendo-se a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade;
10. **PLANO DE SAÚDE E SEGURANÇA PARA A FASE DE EXECUÇÃO**;
11. **DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO**, elaborada em conformidade com o modelo constante do ANEXO VI ao presente Programa de Concurso.
12. Nos termos do disposto no artigo 115.º (Convite) do CCP, o prazo para a apresentação, pelo adjudicatário, dos documentos de habilitação, será de **5 (cinco) dias**.
13. Nos termos do disposto no artigo 115.º (Convite) do CCP, será de **2 (dois) dias**, o prazo para a supressão de irregularidades, detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º (Não apresentação dos documentos de habilitação), do CCP.

## 17. GARANTIA DO CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES

1. Para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário deve prestar uma caução no valor de **5%** do montante total do contrato.



AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS

- a. Para reforço da caução prestada, as importâncias que o empreiteiro tiver a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos, é deduzido o montante correspondente a **5%** desse pagamento.
2. Em opção, e para garantir o exato e pontual cumprimento das suas obrigações, o adjudicatário poderá prestar uma caução no valor de **10%** do montante total do contrato.
1. O prazo para a prestação pelo adjudicatário da caução, será de **10** (dez) **dias**, através da Plataforma Eletrónica adotada pelo Município, no endereço [www.acingov.pt](http://www.acingov.pt).

## **18. PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**

Decorrido o prazo de **66** (sessenta e seis) **dias**, contados, nos termos do artigo 470.º (Contagem dos prazos na fase de formação dos contratos) CCP, a partir da data do ato público do concurso, cessa, para os concorrentes que não hajam recebido comunicação que lhes haver sido adjudicada a empreitada, a obrigação de manter a respetiva proposta.

## **19. PREÇO ANORMALMENTE BAIXO**

1. Em caso de entrega de proposta considerada de preço anormalmente baixo, será dado cumprimento ao disposto no artigo 71.º (Preço ou custo anormalmente baixo) do CCP,
2. Sempre que se verifique que haja sido apresentado um preço anormalmente baixo, deve fazer parte do processo os documentos que contenham os esclarecimentos justificativos da apresentação de um preço anormalmente baixo.

## **20. OUTRAS DISPOSIÇÕES**

3. Em tudo o omissa no presente convite, observar-se-á o disposto no Código de Contratos Públicos, e alterações introduzida pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017 de 31 de agosto



AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS

ANEXO I

**MODELO DE DECLARAÇÃO – FASE DA PROPOSTA**

*(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º -A, conforme aplicável)*

1 —... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (¹)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de **AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS** para a **Beneficiação de espaço cultural de Penha Garcia - EDU-VILLAGE / COWORKING (ADE050-2024)** (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo – quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (²) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (³):

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º

do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local) ,... (data) ,... [assinatura (⁴)].

(¹) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(²) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(³) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(⁴) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º



AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS

ANEXO II

**MODELO DE DECLARAÇÃO – FASE DA HABILITAÇÃO**

*(a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º)*

1 — ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de <sup>(1)</sup> ... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de **AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS** para a **Beneficiação de espaço cultural de Penha Garcia - EDU-VILLAGE / COWORKING (ADE050-2024)** (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada <sup>(2)</sup> não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 — O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados <sup>(3)</sup>] os documentos comprovativos de que a sua representada <sup>(4)</sup> não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura <sup>(5)</sup>].

<sup>(1)</sup> Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

<sup>(2)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>(3)</sup> Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

<sup>(4)</sup> No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

<sup>(5)</sup> Nos termos do disposto nos n.ºs 4 e 5 do artigo 57.º



### ANEXO III

#### MODELO DA PROPOSTA - FASE DA PROPOSTA

(Modelo a que se refere o número 6 do ponto 9 do presente convite à apresentação de proposta)

1. .... (¹), depois de ter tomado conhecimento do objeto da empreitada de AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS (²) para a **Beneficiação de espaço cultural de Penha Garcia - EDU-VILLAGE / COWORKING (ADE050-2024)** aprovada a sua abertura, por deliberação do Executivo Camarário de dia (³) ....., obriga-se a executar a referida empreitada de harmonia com o Caderno Encargos pela quantia de --. ---, --€ (----- Mil ----- Euros e ----- Cêntimos) (por extenso e por algarismos) que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, conforme a lista de preços unitários apensa a esta proposta e que dela faz parte integrante.
2. À quantia supra mencionada acrescerá o imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor.
3. O IVA a aplicar, corresponde à taxa de ----%, sendo que o valor do IVA a aplicar corresponde a: - -. ---, --€ (----- Mil ----- Euros e ----- Cêntimos) (por extenso e por algarismos).
4. Mais declara, nos termos da legislação em vigor, que para os devidos efeitos esta entidade, titular do Alvará de Construção n.º -----, contêm a autorização nas seguintes categorias, o que satisfaz o solicitado neste concurso, correspondendo, em termos de proposta, para cada uma das categorias referidas no convite à apresentação de propostas:
  - a. A classificação da **1.ª Subcategoria – Estrutura e elementos de betão da 1.ª Categoria – Edifícios e património construído**, na classe correspondente ao valor global da empreitada
5. Mais declara ainda, que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeita à execução do seu contrato, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

... (local),... (data),... [assinatura (⁵)].

(¹) Identificação do Concorrente Pessoa Singular ou do (s) representante (s) legal (ais) do Concorrente, tratando-se de Pessoa Coletiva, indicação do nome, estado civil, profissão e residência, ou firma e sede.

(²) Designação da empreitada.

(³) Data a que se refere o documento "**NOTIFICAÇÃO VIA ELETRÓNICA**" de Convite à apresentação de proposta;

(⁴) Classificação a que se refere a alínea e., do n.º 1 do ponto 16, do presente convite à apresentação de proposta;

(⁵) Assinatura do concorrente pessoa singular ou do (s) legal (ais) do concorrente, tratando-se de pessoa coletiva.





AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS

ANEXO IV

MODELOS: PRESTAÇÃO DA CAUÇÃO - FASE DA HABILITAÇÃO

ANEXO IV.1 - MODELO DA GUIA DE DEPÓSITO BANCÁRIO

**AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS** para a empreitada: **Beneficiação de espaço cultural de Penha Garcia - EDU-VILLAGE / COWORKING**

Euros .....€

Vai....., residente (ou com escritório) em....., na....., depositar na..... (sede, filial, agência ou delegação) da ..... (instituição) a quantia de ..... (por extenso, em moeda corrente) (em dinheiro ou representada por) ....., como caução exigida para a empreitada de ....., para os efeitos do artigo 90.º do CCP. Este depósito fica à ordem de..... (entidade), a quem deve ser remetido o respetivo conhecimento.

Data.

Assinaturas.

ANEXO IV.2 - MODELO DA GARANTIA BANCÁRIA

**AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS** para a empreitada: **Beneficiação de espaço cultural de Penha Garcia - EDU-VILLAGE / COWORKING**

Garantia Bancária n.º .....

O Banco....., com sede em ....., matriculado na Conservatória do Registo Comercial de ....., com o capital social de....., presta a favor de ....., garantia autónoma, à primeira solicitação, no valor de ....., correspondente a.... (percentagem), destinado a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ..... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato com ela a..... (dono da obra) vai outorgar e que tem por objeto ..... (designação da empreitada), regulado nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

O Banco obriga-se a pagar aquela quantia à primeira solicitação da (dono da obra) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que o primeiro possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com o cumprimento das obrigações que ..... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

O Banco deve pagar aquela quantia no dia seguinte ao do pedido, findo o qual, sem que o pagamento seja realizado, contar-se-ão juros moratórios à taxa mais elevada praticada pelo Banco para as operações ativas, sem prejuízo de execução imediata da dívida assumida por este.

A presente garantia bancária autónoma não pode em qualquer circunstância ser denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

Data.

Assinaturas.



AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS

ANEXO IV.3 - MODELO DO SEGURO CAUÇÃO

**AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS** para a empreitada: **Beneficiação de espaço cultural de Penha Garcia - EDU-VILLAGE / COWORKING**

Seguro Caução n.º .....

A companhia de seguros ....., com sede em ....., matriculada na Conservatória do registo Comercial de ....., com o capital social de ....., presta a favor de ..... (dono da obra) e ao abrigo de contrato de seguro-caução celebrado com ..... (tomador do seguro), garantia à primeira solicitação, no valor de ....., correspondente a..... (percentagem), destinada a garantir o bom e integral cumprimento das obrigações que ..... (empresa adjudicatária) assumirá no contrato que com ela a ..... (dono da obra) vai outorgar e que tem por objeto ..... (designação da empreitada), regulado nos termos da legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

A companhia de seguros obriga-se a pagar aquela quantia nos cinco dias úteis seguintes à primeira solicitação da ..... (dono da obra) sem que esta tenha de justificar o pedido e sem que a primeira possa invocar em seu benefício quaisquer meios de defesa relacionados com o contrato atrás identificado ou com cumprimento das obrigações que ..... (empresa adjudicatária) assume com a celebração do respetivo contrato.

A companhia de seguros não pode opor à ..... (dono da obra) quaisquer exceções relativas ao contrato de seguro-de-caução celebrado entre esta e o tomador do seguro.

A presente garantia, à primeira solicitação, não pode em qualquer circunstância ser revogada ou denunciada, mantendo-se em vigor até à sua extinção ou cancelamento, nos termos previstos na legislação aplicável (Código dos Contratos Públicos).

Data.

Assinaturas.



AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS

**ANEXO V**

**MODELO DO TERMO DE RESPONSABILIDADE - FASE DA HABILITAÇÃO**

*(Modelo a que se refere a alínea g., do n.º 1 do ponto 16 do presente convite á apresentação de proposta e Capítulo IV- Representação das partes e controlo da execução do contrato; Cláusula 40.ª – Representação do empreiteiro)*

Designação da empreitada <sup>(1)</sup> **AJUSTE DIRETO EM FUNÇÃO DE CRITÉRIOS MATERIAIS para a Beneficiação de espaço cultural de Penha Garcia - EDU-VILLAGE / COWORKING (ADE050-2024)**

--- Eu abaixo-assinado, ....., Eng.º <sup>(a)</sup> ....., (indicando a sua qualificação técnica), inscrito (a) na ....., com o número ....., identificação Civil ....., válido até dia ....., e identificação Fiscal número ....., residente em ....., freguesia de ....., concelho de ....., na qualidade de DIRETOR DE OBRA supra identificada, declaro, para os devidos efeitos, e nos termos do disposto na Cláusula 40.ª – Representação do empreiteiro do Caderno de Encargos, que assumo a responsabilidade pela direção técnica daquela obra e me comprometo a desempenhar essa função com proficiência e assiduidade. -----

... (local),... (data),... [assinatura <sup>(2)</sup>].

<sup>(1)</sup> Designação da empreitada.

<sup>(2)</sup> Assinatura reconhecida, ou declaração devidamente acompanhada de assinatura digital qualificada.



## ANEXO VI

### MINUTA

#### DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO - FASE DA PROPOSTA E/OU HABILITAÇÃO

DESIGNAÇÃO DO PROCEDIMENTO: **Beneficiação de espaço cultural de Penha Garcia - EDU-VILLAGE / COWORKING**

REFERÊNCIA DO PROCEDIMENTO: **ADE050-2024**

O RGPD e os novos Direitos dos Titulares de Dados Pessoais Uma das alterações do RGPD relativamente à legislação anterior em matéria de proteção da privacidade e de dados pessoais consiste no facto de conferir aos titulares de dados pessoais um conjunto de novos direitos, a saber:

... (nome, número de documento de identificação e morada), que intervém neste procedimento na qualidade de ... (1):

Declara que, de forma livre, esclarecida, específica e inequívoca:

☐ ou ☒ **É MINHA VONTADE FORNECER OS MEUS DADOS**, bem como o respetivo tratamento em ficheiros de dados pessoais informatizados ou manuais, PARA OUTRA FINALIDADE, que não a do presente procedimento, no âmbito do CCP.

☐ ou ☒ **NÃO É MINHA VONTADE FORNECER OS MEUS DADOS**, bem como o respetivo tratamento em ficheiros de dados pessoais informatizados ou manuais, PARA OUTRA FINALIDADE, que não a do presente procedimento, no âmbito do CCP.

Declara, ainda, para os devidos efeitos, ter sido devidamente informado de todas as obrigações e responsabilidades inerentes à autorização proferida.

... (local),... (data),... [assinatura (2)].

(1) Forma em que obriga em representação da entidade (equipa de trabalho proposta, órgão sociais da entidade, e/ou demais intervenientes no procedimento)

(2) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º (Documentos da proposta)

Nota:

*Sem prejuízo da presente declaração, relativamente à aplicação do RGPD, entenda-se que a todos os contratos públicos no âmbito do CCP, deverá ser aplicado o PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA, princípio este, que se sobrepõe ao ora citado regulamento.*

*No que se refere à DECLARAÇÃO DE CONSENTIMENTO, aplicam-se os princípios gerais da contratação pública, em especial, também o da transparência, deste modo, e sem prejuízo do da aplicação do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados, a todos os contratos públicos no âmbito do CCP, deverá ser aplicado o princípio da transparência, princípio este, que se sobrepõe ao ora citado RGPD. Assim, será opcional a apresentação da mencionada declaração, por parte de órgão sociais da entidade, e/ou demais intervenientes no procedimento, no que se refere ao respetivo tratamento em ficheiros de dados pessoais informatizados ou manuais, PARA OUTRA FINALIDADE, que não a do presente procedimento, no âmbito do CCP.*